



EDIÇÃO **163**

AGOSTO DE 2025

BOLETIM DA REDE

(31) 3226-3142

@sindrede

@sindredebh

sindrede.org.br

Uma publicação do Sind-REDE/BH

BH É QUEM?

Lutas dos Trabalhadores em Educação deixam sua marca na cidade!

CATEGORIA

Vozes da greve:
reflexões da categoria
sobre nossas lutas

pág. 03

CATEGORIA

**É possível por fim à
escala 6x1 na Rede
Municipal de BH**

pág. 03

NACIONAL

Reforma Administrativa:
o que está por trás do novo
ataque ao funcionalismo

pág. 06

A FORÇA DA COLETIVIDADE E A CENTRALIDADE DA LUTA NA EDUCAÇÃO

As greves de 2025 reafirmam o papel central da organização coletiva na defesa da educação pública e na conquista de avanços para os trabalhadores da Rede Municipal de Belo Horizonte.



Os trabalhadores em Educação protagonizaram as duas principais mobilizações da cidade em 2025. Tanto os professores e demais trabalhadores concursados, quanto os trabalhadores terceirizados da MGS e das Caixas Escolares, reafirmaram uma verdade política fundamental: a organização coletiva dos trabalhadores é capaz de romper o silêncio institucional e trazer à tona os problemas mais profundos da nossa cidade. Esse ano, nós ocupamos as ruas, as escolas, as redes, os espaços públicos, políticos e meios de comunicação e mostramos, mais uma vez, que não aceitaremos calados o desmonte da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

A greve da categoria foi, antes de tudo, uma greve de resistência. Resistência contra ataques que têm se repetido ao longo dos anos e que conseguimos frear com a força da mobilização. Mas foi também uma greve que trouxe conquistas. Após um longo período de lutas defensivas, conseguimos avanços concretos, fruto direto da nossa capacidade de organização e da disposição de enfrentar os desafios coletivamente.

O desmonte da Educação não começou agora, ele é resultado de anos de políticas que visam esvaziar o sentido da escola como um espaço de formação científica para construção de pensamento crítico e também de acolhimento para crianças e adolescentes da nossa cidade. Essa política vem acompanhada de uma visão privatista da educação pública, que escoa recursos públicos para a iniciativa privada através do aumento da terceirização nas escolas, privatização por meio de PPPs e parcerias com OSCs, além de achatamento salarial e desvalorização de nossa carreira.

O que vimos nesse primeiro ano da gestão Álvaro Damião (União Brasil), é uma continuidade desse projeto, acompanhado da já conhecida intransigência em abrir canais de diálogo com os trabalhadores. Diante disso, respondemos com unidade e firmeza. É importante reconhecer que cada vitória, por menor que pareça, é resultado de muito esforço e construção coletiva. E é justamente a força dessa coletividade que sustenta a Rede. Uma Rede construída por cada trabalhador e trabalhadora, que se mantém firme porque é feita de solidariedade, compromisso e luta. Uma rede que não se rompe e não se deixa abater! Nosso maior saldo nesta greve foi a ampliação da nossa organização política.

Ao longo do movimento grevista, reafirmamos que a luta por melhores condições de trabalho, valorização profissional e qua-

lidade na educação pública é também uma luta por justiça social. Quando a educação pública é atacada, toda a sociedade perde. Mas quando a educação resiste, ela se torna referência e aponta caminhos de transformação.

Seguimos em luta, com os pés no chão e os olhos no horizonte. Porque só a luta organizada é capaz de enfrentar os problemas imediatos e, ao mesmo tempo, abrir caminhos para mudanças estruturais. Não temos nenhuma dúvida que Damião e a atual secretária de educação Natália Araújo tentaram implementar uma política cada vez mais privatista, com entrega de dinheiro público para a iniciativa privada, e que a Câmara Municipal será uma forte aliada do governo neste projeto. Para privatizar terão de nos atacar e nós não só resistiremos mas vamos avançar.

O que construímos até aqui não pode ser esquecido e o que ainda precisamos conquistar, só será possível com a força de todos nós.

Diretoria Colegiada do Sind-REDE/BH



EXPEDIENTE

• DIRETORIA COLEGIADA

Departamento Administrativo Financeiro

Bárbara Guimarães Rocha, Daniel Lages Wardil, Reinaldo Felício de Lima, Talita Silveira Barros.

Departamento de Comunicação e Imprensa

Carolina Pasqualini de Andrade, Luanna Grammont de Cristo, Talita Barcelos Silva Lacerda, Vanessa Portugal Barbosa.

Departamento Jurídico

Cristiane Nunes de Oliveira, Daniel de Oliveira Santos Pereira, Luiz Carlos Bittencourt Silva, Neide da Silva Resende.

Departamento Saúde do Trabalhador

Cristina de Alvarenga Martins, Marcus Vinícius Bassi Lindenberg Fróes, Maria do Carmo Ferreira, Rosmary Aguayo Pintos.

Departamento Previdência e Aposentados

Agnaldo Vicente da Silva, Jacinta Gomes da Silva Braga, Luci de Fátima Pereira Lobato Silva, Luiz Carlos Bittencourt Silva, Pedro Afonso Valadares.

Departamento Cultural

Evangely Maria Oliveira Rodrigues, Felipe Ribeiro Passos, Fernando Augusto de Souza Silva, Luci de Fátima Pereira Lobato Silva, Talita Barcelos Silva Lacerda.

Departamento Organização e Infraestrutura

Dayse Cristina Gonçalves Campos, Priscilla Dantas Delphino, Maria do Carmo Ferreira, Reinaldo Felício de Lima.

Departamento Políticas Sociais

Firminia Maria Oliveira Rodrigues, Sérgio Vitor Lemes, Cristiane Nunes de Oliveira, Priscilla Dantas Delphino, Talita Silveira Barros.

Departamento de Formação Pedagógica e Sindical

Michelle Cristina R. S. Caldeira, Pedro Afonso Valadares, Raquel Pereira de Oliveira, Thiago Luiz Ferreira Miranda, Cristiane Nunes de Oliveira, Evangely Maria Oliveira Rodrigues, Luiz Carlos Bittencourt Silva, Vanessa Portugal Barbosa.

• IMPRENSA

Jornalista Responsável:
Diego Franco David (Mtb 20555/MG).

Revisão:
Diego Franco David, Jadilson Rodrigues.

Projeto Gráfico e Diagramação:
Natalino Ferreira.

Impressão: Sempre Editora.

Tiragem: 10.000

Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte
Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro Belo Horizonte - MG, 30180-000 | +55 (31) 3226-3142 | www.sindrede.org.br



VOZES DA GREVE: REFLEXÕES DA CATEGORIA SOBRE NOSSAS LUTAS

Textos de trabalhadores e trabalhadoras analisam as recentes mobilizações, apontam lições e reafirmam a importância da organização.

O Sind-REDE/BH convida toda a categoria a ler e refletir sobre os artigos de opinião enviados por companheiras e companheiros a respeito de nossas últimas greves. O prazo para envio das contribuições esteve aberto entre 17 de julho e 3 de agosto, e resultou em um conjunto de textos de diferentes perspectivas, todos carregados de análises e aprendizados que merecem ser conhecidos e debatidos.

Avaliar cada luta que travamos é um exercício indispensável. Sabemos que nossa mobilização não se encerra com o fim de uma greve. Em uma sociedade como a nossa, a organização permanente é a única garantia de que estaremos preparados para os próximos embates. E eles virão.

As avaliações registram a diversidade de opiniões presente em nossa categoria: participativa, crítica e criativa. As divergências aparecem, e isso é saudável, pois fortalece o debate e ajuda a aprimorar as nossas estratégias. Ainda assim, há um ponto em comum que atravessa todos os textos: a vitória da luta organizada da categoria nesta greve.

Todos os artigos estão publicados no site do Sindicato. Acesse o conteúdo completo pelo Código QR abaixo e conheça as reflexões que constroem, no plural, a memória e as lições da nossa mobilização.



ou acesse: sindrede.org.br/artigos

É POSSÍVEL POR FIM À ESCALA 6X1 NA REDE MUNICIPAL DE BH

Reduzir a jornada para 30 horas semanais, sem redução de salários é essencial para garantir qualidade de vida e melhor atendimento aos estudantes da Rede Municipal.

A escala 6x1, que obriga os trabalhadores a cumprirem 44 horas semanais em jornadas extenuantes, é uma das formas mais exaustivas e precárias de organização do trabalho. Na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, ela atinge os trabalhadores terceirizados da MGS e das Caixas Escolares, que atuam diretamente com crianças e adolescentes.

Cuidar e apoiar o desenvolvimento educacional exige equilíbrio físico e emocional. No entanto, jornadas longas e desgastantes afetam a saúde, aumentam afastamentos e comprometem a qualidade do serviço prestado. A redução da jornada, sem corte salarial, traria avanços na qualidade de vida, redução das desigualdades de gênero, diminuição do adoecimento e mais eficiência no atendimento.

Segundo estudo do ILAEE: Impacto Orçamentário da Jornada de 30 Horas Semanais para Terceirizados da Educação, publicado em junho de 2025, para garantir a todos os terceirizados da educação a jornada de 30 horas semanais (em regime 4x3), seria necessário contratar 710 novos trabalhadores nas Caixas Escolares e 3.262 na MGS, totalizando um investimento de R\$ 94,3 milhões anuais. Um valor que parece alto, quando olhado isoladamente, mas que representa apenas 0,48% da receita total do município em 2024. O valor é plenamente viável: equivale a menos de um terço do superávit orçamentário do mesmo ano e a 2,7% do orçamento anual da Secretaria Municipal de Educação (SMED).

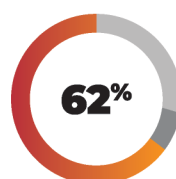
A redução da jornada poderia compensar parte dos custos com afastamentos, que chegam a mais de 10% ao mês, diminuindo a necessidade de contratações temporárias. Mais do que uma questão orçamentária, trata-se de uma escolha política: investir na valorização dos trabalhadores e no fortalecimento da educação pública. Além disso, também teríamos a geração imediata de quase 4 mil novos empregos, o que também teria um impacto positivo na economia e no consumo da cidade.

O Sind-REDE/BH defende o fim da escala 6x1 e a implementação imediata da jornada de 30 horas semanais para todos os terceirizados da MGS e das Caixas Escolares, sem redução de salários. Cuidar de quem cuida é essencial para construir uma escola mais justa, inclusiva e de qualidade para toda a comunidade.

PORCENTAGEM DE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BH COM JORNADA DE 44H SEMANAIS



MGS
TRABALHAM
44H SEMANAIS



CAIXAS ESCOLARES
TRABALHAM
44H SEMANAIS

10,26%
TRABALHAM
40H SEMANAIS
26,44%
TRABALHAM
30H SEMANAIS

IMPACTOS DA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NA REDE

Valores referentes a 2024.

CAIXAS ESCOLARES:

**GERARIA 710
NOVOS EMPREGOS**



MGS:

**GERARIA 3.262
NOVOS EMPREGOS**

**UM TOTAL DE 3.972
NOVOS EMPREGOS!**

Custo: R\$ 16.746.425,00

Isso equivale a apenas:
0,1% da Receita total da PBH,
ou 5,23% do superávit orçamentário,
ou 0,24% das despesas com pessoal.



Custo: R\$ 78.556.60

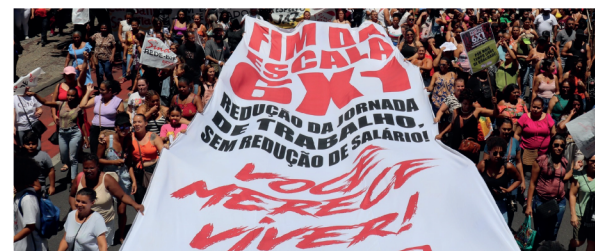
Valor menor que o Lucro Líquido
da MGS que foi de R\$ 87,388 milhões.

CUSTO TOTAL: R\$ 94,3 milhões

Equivalente a 0,48% da receita total.

Um valor 3,4 vezes menor que o superávit orçamentário da PBH
ou 2,7% do orçamento anual da SMED.

FONTE: ILAEE



GREVE HISTÓRICA DOS TERCEIRIZADOS JOGA LUZ AO DEBATE DA REDUÇÃO DA JORNADA

Após paralisações, assembleias e negociações, trabalhadores terceirizados da MGS e Caixa Escolar asseguram reajuste acima da inflação e conquistam direitos.

A greve dos trabalhadores em educação terceirizados da Rede Municipal de Belo Horizonte, deflagrada no dia 24/02, representou um marco na luta por valorização e melhores condições de trabalho. Construída de forma coletiva ainda em 2024, a mobilização da categoria teve como eixo central a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e o reajuste com ganho real, visando diminuir as desigualdades salariais em relação a outros contratos da MGS, bem como os salários de outras redes da região metropolitana.

A mobilização envolveu intensos debates em assembleias com milhares de trabalhadores, cinco paralisações, atos públicos massivos e forte pressão sobre a Prefeitura, que inicialmente se recusava a participar das negociações, delegando

toda a responsabilidade à MGS. A empresa, por sua vez, começou oferecendo apenas a recomposição inflacionária de 4,8% e a equiparação salarial no cargo de portaria. Após as primeiras paralisações, a categoria conquistou 7% de reajuste.

Diante da postura intransigente da PBH, a categoria decidiu entrar em greve. No auge da mobilização, as assembleias chegaram a reunir mais de 4 mil trabalhadores. O movimento ganhou destaque público, recebendo apoio de diversos movimentos e sindicatos, além de ser tema de audiência na CMBH sobre a redução da jornada, que contou com a presença de 1.500 pessoas, um recorde de público.

A força da greve forçou a PBH a mudar de postura. No dia 27/02, a greve foi suspensa diante do compromisso do governo de

não cortar os salários e de abrir espaço para negociações. É importante destacar que essa foi a primeira vez que o governo municipal participou diretamente de uma negociação com os terceirizados. Uma vitória política indiscutível, para um segmento que é invisibilizado desde a sua origem. Isso precisa urgentemente ser transformado em melhorias reais na vida do trabalhador.

A greve foi encerrada definitivamente no dia 10/03, após a aprovação da pauta econômica e não econômica pela categoria. Mas a votação apertada demonstrou que os trabalhadores terceirizados, que já sofrem com baixos salários e condições precárias de trabalho, continuarão mobilizados para reivindicar a valorização e o reconhecimento que merecem.

CONQUISTAS ECONÔMICAS

- Reajuste salarial e do vale-alimentação de 7%; (2,2% a mais que a proposta inicial que era de 4,8% antes das mobilizações)
- Compromisso formal de não punição aos grevistas, com estorno dos cortes de ponto e do vale-alimentação referentes aos dias paralisados.

CONQUISTAS NÃO ECONÔMICAS

A pauta não econômica aprovada inclui avanços importantes, que impactam diretamente a rotina e o bem-estar dos trabalhadores:

- Garantia de **20 minutos de café**, além do horário de almoço;
- **Mudança nos uniformes** e exigência de **infraestrutura adequada** nas escolas;
- **Recesso escolar assegurado**;
- **Formação profissional** oferecida pela SMED;
- **Acompanhamento de permutas** para aproximar os locais de trabalho da residência do trabalhador;
- Estabelecimento de **critérios claros para remoções**;
- Limite de **60 dias para aplicação de descontos legais** na folha;
- Acesso facilitado ao **espelho de ponto**;
- Definição de **distâncias para deslocamento a pé** das crianças na Escola Integrada;
- Normas de segurança no deslocamento dos estudantes;
- Criação de uma equipe para **estudo da viabilidade da redução da jornada de trabalho**.



REDUÇÃO DA JORNADA ENTRA NO DEBATE PÚBLICO

Embora o Projeto de Lei 1026/2024, que propunha a redução da jornada e o fim da escala 6x1 na Prefeitura de Belo Horizonte, tenha sido arquivado, a greve conseguiu colocar esse tema no centro do debate municipal. A forte presença dos trabalhadores na audiência pública da Câmara e a visibilidade do movimento consolidaram essa pauta como uma das principais reivindicações da categoria e fortaleceram a luta nacional por jornadas de trabalho mais humanas.

A experiência de mobilização dos terceirizados de BH também expôs a precariedade imposta a esses trabalhadores, mesmo sendo parte essencial do cotidiano escolar. A campanha por valorização ganhou fôlego, legitimidade e apoio popular ao longo das paralisações.



GREVE MOSTRA FORÇA DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO E CONQUISTA IMPORTANTES VITÓRIAS

Com forte apoio da comunidade escolar, paralisação forçou a Prefeitura a negociar e garantiu avanços salariais, contratações e valorização da carreira.

A greve dos trabalhadores em educação concursados da Rede Municipal de Belo Horizonte, iniciada em junho de 2025, foi muito mais do que uma resposta à proposta inicial da Prefeitura. Foi uma demonstração clara de força, organização e resistência da categoria diante de um governo que se mostrava intransigente e insensível às pautas legítimas dos servidores da educação.

A Campanha Salarial de 2025 foi iniciada ainda em fevereiro com sucessivas tentativas de negociação, mas só no dia 30 de maio, o prefeito Álvaro Damião (União Brasil) apresentou uma proposta de índice de reposição de 2,49% nos salários e no vale-refeição. A resposta da categoria foi imediata: GREVE, aprovada em assembleia no dia 05/06.

A paralisação ganhou força rapidamente. Em poucos dias, a Prefeitura foi obrigada a apresentar um aditivo à proposta, estendendo o benefício do vale-refeição para trabalhadores com jornadas menores, como os professores de 22h30. Mas ainda era pouco diante das demandas da categoria.

PREFEITO FOGE DA CRISE E PROTESTOS TOMAM AS RUAS

No auge da crise, Álvaro Damião viajou para Israel sob o pretexto de conhecer modelos de segurança pública. A volta do prefeito, no dia 18 de junho, foi marcada por uma recepção no aeroporto, com ampla cobertura da imprensa. A tentativa de transformar a viagem em uma cena de vitimização foi apagada pela mobilização dos professores.

Após semanas de pressão, o governo apresentou novas propostas nas reuniões dos dias 23 e 25

de junho. Apesar dos avanços, a categoria decidiu manter a greve e o prefeito respondeu com autoritarismo: anunciou corte de ponto, abertura das escolas de um dia para o outro para servir merenda e tentou criminalizar a greve com pedido de liminar. Mas o tiro saiu pela culatra, a adesão à greve cresceu e a Justiça optou por convocar uma audiência de conciliação.

AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO AMPLIAM CONQUISTAS DA GREVE

Aconteceram duas audiências de conciliação, mediadas pelo TJMG, nos dias 03 e 04 de julho, que conseguiram avançar, através de um grande esforço de negociação por parte do Sindicato e da categoria. Foi apresentada a seguinte proposta final:

- Reajuste salarial de 4,95%: 2,49% retroativo a maio de 2025 e 2,4% em fevereiro de 2026 (retroativo a janeiro);
- Garantia de correção inflacionária anual (INPC) com data-base em 1º de maio;
- Aumento do vale-refeição para R\$ 60 para jornadas de 40h, e concessão proporcional para outras jornadas;
- Zerar fila de férias-prêmio até o final de 2025, com limite de R\$ 30 milhões;
- Nomeação de 376 professores para o Ensino Fundamental;
- Encaminhamento de Projeto de Lei que permita a ampliação dos cargos na Educação Infantil para além dos 6.900;
- Criação do 6º e 7º níveis de progressão por escolaridade, com oferta universal pela rede;
- Reajuste específico para bibliotecários (+30%) e assistentes administrativos educacionais (+7,6%);
- Organização das 8h de reunião pedagógica mensal com oficineiro;
- Regência adicional nas EMElis com mais de 6 turmas por turno;
- Regulamentação da redução do número de alunos por turma ainda nesta gestão;
- Concessão retroativa dos níveis da Lei 11.381/22 para quem não os recebeu;
- Reconhecimento inédito da pauta dos aposentados, incluindo estudo sobre plano de saúde e rateio de recursos do FUNDEB de 2018 a 2022.

Além disso, o governo se comprometeu com a restituição dos salários descontados ainda no mês de julho. O calendário de reposição dos dias parados também foi negociado com garantias de descanso em julho e preservação do recesso de outubro.

VITÓRIA QUE ECOA PARA ALÉM DOS SALÁRIOS

Embora os 4,95% não representem a valorização devida à categoria, é impossível ignorar os frutos da luta. Foi uma greve que reverteu retrocessos, quebrou o silêncio institucional sobre os aposentados e mobilizou a cidade em defesa da escola pública. A reação das comunidades escolares, que se colocaram ao lado dos trabalhadores em educação, foi essencial para o desfecho vitorioso do movimento.

Mas a luta continua. A recomposição total das perdas inflacionárias, o reconhecimento do Piso, a valorização das carreiras, a estruturação da rede e o respeito aos aposentados seguirão no centro das reivindicações em 2026.



REFORMA ADMINISTRATIVA: O QUE ESTÁ POR TRÁS DO NOVO ATAQUE AO FUNCIONALISMO

Proposta aprovada no GT da Câmara amplia contratos temporários, facilita demissões e reduz o papel do estado.

A reforma administrativa que volta a ser discutida no Congresso Nacional é apresentada como uma “modernização” da máquina pública, mas, na prática, representa um duro ataque aos direitos dos servidores e à qualidade dos serviços prestados à população. A relatório apresentado pelo GT com mais 60 itens permanece em sigilo, mas por todas as declarações e documentos divulgados pela ministra Esther Dweck do Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos boa parte das formulações foram construídas em acordo com o governo federal.

O projeto se insere em um histórico de mudanças no regime de trabalho do funcionalismo iniciado ainda no governo FHC, e continuada por governos subsequentes do PT a Bolsonaro. Além de decisões do STF.

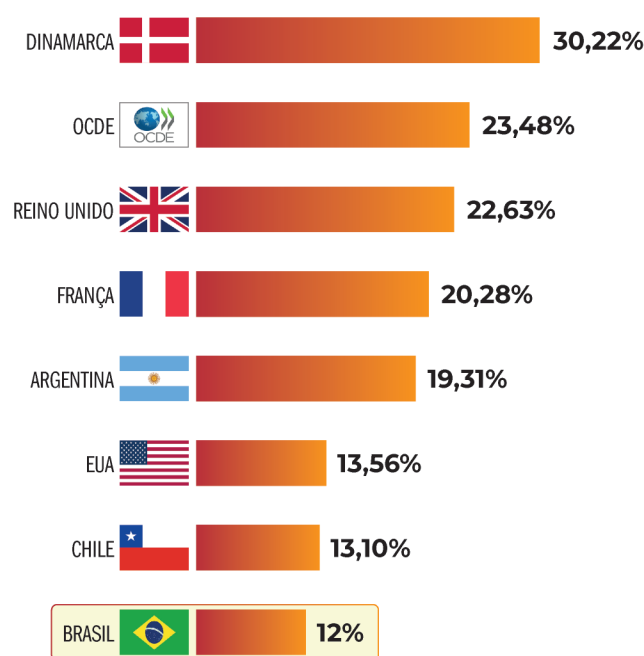
O efeito desse movimento é visível nos números: levantamento do Instituto República.Org mostra que, entre 2003 e 2022, o número de vínculos temporários na administração pública brasileira aumentou 1.760%, saltando de 38,5 mil para mais de 716 mil contratos.

A concentração desses vínculos é especialmente grave nos municípios, onde a média de terceirização é de 31,5% dos trabalhadores, chegando a 40% em algumas cidades. Na educação, segundo o Todos pela Educação, a presença de trabalhadores temporários na atividade fim (magistério) é ainda mais marcante: 13,5% entre professores federais, 51,6% dos professores estaduais e 33,8% dos professores municipais.

ESTADO BRASILEIRO NÃO É INCHADO

Defensores da reforma insistem no mito de que o Estado brasileiro é “inchado” e gasta demais com servidores. Um estudo do Fonasefe desmonta essa narrativa: há 24 anos, o gasto com pessoal está abaixo de 50% do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Hoje, o país destina cerca de 13% do PIB para pagar a força de trabalho do setor público – menos do que a média da OCDE, de 17%. Além disso, o Brasil emprega apenas

12% de sua força de trabalho no serviço público, percentual inferior ao de países considerados liberais, como Chile e EUA e muito distante da média da OCDE, de 23,48%.



FONTE: FONASEFE

Num país com uma das maiores desigualdades do mundo, reduzir o Estado é caminhar na contramão das necessidades da população. Mais do que nunca, são necessários investimentos e ampliação da presença estatal para garantir direitos, promover inclusão e combater desigualdades. Cortar, enxugar e substituir servidores efetivos por vínculos precários só aumenta a precarização e reduz a qualidade dos serviços.



O QUE PRETENDE A ATUAL REFORMA?

- **Ampliar os contratos temporários**, inclusive com possibilidade de renovações indefinidas, o que representa um grave risco de substituição de servidores concursados por vínculos precários e instáveis;
- **Reformular a avaliação de desempenho**, facilitando a demissão por critérios subjetivos, além de incentivar competição a partir do estabelecendo “bônus por metas”;
- **Padronizar modelos de carreiras**, o que pode levar a uma redução da nossa carreira, maior do que já existe.
- **Priorizar a governança digital**, (com auxílio de IA) sem considerar que grande parte dos serviços públicos, como a educação, não se enquadra nessa modalidade, pois exige atendimento humano, empático e direto com a população;
- **Ignorar o impacto sobre estados e municípios**, impondo um padrão federal único para todas as carreiras, sem levar em conta orçamentos, demandas e especificidades locais.

Para o Sind-REDE/BH, trata-se de mais um capítulo do projeto neoliberal de desmonte do serviço público, que avança sem debate com a população, sem transparência e sem ouvir a sociedade. Em nome de uma suposta meritocracia e de uma austeridade seletiva, constrói-se um modelo excludente, instável e ineficiente para o povo que depende do Estado.



É HORA DE RESISTIR!

Servidores, estudantes, usuários dos serviços públicos e toda a sociedade precisam se mobilizar contra mais esse retrocesso. Escaneie o Código QR para acessar o contato dos deputados mineiros e envie mensagens contra a aprovação da Reforma Administrativa.





CONTRA O TARIFAÇO DE TRUMP E EM DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL

Luta em defesa da soberania não pode significar a perda da independência em relação ao governo.

No começo de julho, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou tarifas de 50% sobre produtos brasileiros. Essa é uma medida que tem adotado em relação a vários países, em uma tentativa desesperada de reverter a crise em que os EUA se encontram. No caso do Brasil, a taxa inicial foi mais dura, adicionando um argumento político e um ataque direto à soberania nacional, ao exigir o fim da ação penal contra o ex-presidente Bolsonaro por tentativa de golpe de estado. Apesar de ter recuado em cerca de 700 itens, os impactos econômicos das tarifas são imensos, o que demonstra o alto grau de subordinação e dependência que o Brasil tem do imperialismo americano.

A luta pela soberania é uma tarefa de todos nós, mas não deve se confundir com a defesa direta do governo federal e de suas políticas que atacam os direitos dos trabalhadores, como a Reforma Administrativa e mais transferência de recursos públicos aos Bilionários. Somos parte da luta contra o tarifaço, pela soberania nacional, pela qualidade dos serviços públicos e pelos direitos da nossa classe.

MEIO AMBIENTE

LULA VETA 63 ARTIGOS, MAS SANCIONA PL DA DEVASTAÇÃO

Articulação no Congresso e Medidas Provisórias visam a derrubada ou invalidação de parte dos vetos. É preciso mobilização para impedir que "se passe a boiada".

No dia 08/08, o Projeto de Lei 2159/2021, apelidado pelos movimentos ambientalistas de PL da Devastação por ser o maior ataque à legislação ambiental dos últimos 40 anos, foi sancionado parcialmente pelo presidente Lula. O PL que desmonta o licenciamento ambiental no país sofreu 63 vetos em seus mais de 400 artigos.

Os vetos são uma vitória parcial dos movimentos sociais, mas parte importante do projeto foi mantida e alguns vetos foram compensados com medidas provisórias, que permitem por exemplo facilitar a exploração de Petróleo na margem equatorial. Além disso, o relator do projeto, deputado Zé Vitor (PL/MG), declarou que o Congresso Nacional poderá derrubar parte dos 63 vetos presidenciais ao texto aprovado pelos parlamentares.

Para impedir esse retrocesso, só com ainda mais mobilização! É preciso redobrar a pressão sobre os parlamentares e governo, denunciando nas redes sociais, mas também com protestos nas ruas.



PALESTINA LIVRE DO RIO AO MAR

O massacre do Povo Palestino tem escalado dia após dia, a ponto do estado de Israel passar a usar a fome como arma de guerra, submetendo milhares de pessoas, principalmente crianças, a desnutrição. Diante dessa imensa tragédia humanitária, cresce a pressão no mundo inteiro para que os governos se posicionem contra o genocídio e rompam relações comerciais e diplomáticas com Israel.

No Brasil, o governo Lula caracterizou corretamente o que ocorre na Palestina como Genocídio. No entanto, continuam vendendo Petróleo e outros produtos Brasileiros para Israel, enquanto compram armas Israelenses. Isso é sustentar materialmente o massacre e precisa acabar!



Começou o Plebiscito Popular nas escolas!

Plebiscito Popular pelo fim da Escala 6X1, isenção do Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5.000,00, ampliação do imposto para quem ganha mais de R\$ 50.000,00 e fim do Arcabouço Fiscal

O Sind-REDE/BH está construindo o plebiscito nacional, mas agregou duas novas perguntas: uma sobre o fim da escala 6X1 na Rede Municipal e outra sobre o fim do Arcabouço Fiscal. Participe coletando votos na sua escola e solicite os materiais pelo WhatsApp (31) 98620-9282.

A coleta de votos vai até o dia 29 de agosto.

PARTICIPE DO PLEBISCITO

Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

PLEBISCITO POPULAR
POR UM BRASIL MAIS JUSTO

No final de setembro

GRANDE ENCONTRO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA E DE QUALIDADE

As greves deste ano mostraram que a defesa da educação pública precisa envolver toda a sociedade. No final do mês de setembro, faremos um grande encontro com atividades para adultos e crianças de todas as idades, debatendo temas fundamentais para garantir uma escola gratuita, laica, estatal e de qualidade.

Organize com a sua escola, converse com os estudantes, com os trabalhadores da educação e toda comunidade. Discuta na escola para que este dia seja aproveitado como um sábado letivo e solicite ônibus ao Sindicato para garantir a participação de todos.

Em breve, materiais chegarão às escolas.



Mais informações
escaneie o código QR:

ou acesse: sindrede.org.br/encontro-educacao-publica

Dias 23, 24 e 25 de outubro

XV Congresso da Rede

Está chegando o XV Congresso do Sind-REDE/BH! Organize a participação da sua escola: Cada escola tem direito a 1 delegado a cada 10 trabalhadores por segmento, sejam concursados, terceirizados ou Projeto PAS.

Para ser delegado(a), é necessário estar filiado(a) até a data da eleição. Já para votar na escolha dos delegados, todos os trabalhadores podem participar.

O Congresso será um espaço fundamental para debater e deliberar sobre:

- Atualização da conjuntura e do nosso estatuto;
- Carreira e valorização profissional;
- Educação em tempo integral;
- Adoecimento e violência nas escolas;
- Atendimento às crianças com deficiência;
- Privatização da educação e das atividades docentes;
- Militarização, entre outros temas centrais para a categoria.

Em breve, enviaremos os
materiais de apoio.



Mais informações
escaneie o código QR:

ou acesse: sindrede.org.br/xv-congresso-da-rede

DEPARTAMENTO JURÍDICO

Para agendar seu atendimento você pode entrar em contato através do e-mail, telefone fixo ou WhatsApp:

✉ sindrede.juridico@gmail.com ☎ (31) 98814-1168 📞 (31) 3226-3142

Mais informações
escaneie o código QR:



ou acesse:
sindrede.org.br/juridico

Não fique sozinho, filie-se!

O Sind-REDE/BH é a voz e a força que organiza e defende trabalhadores concursados e terceirizados da Rede Municipal. Para fortalecer nossa luta e ampliar nossa capacidade de ação, estamos iniciando uma nova campanha de filiação.

A filiação é fundamental para garantir o peso político do Sindicato e viabilizar assembleias, passeatas, campanhas de comunicação e o trabalho do nosso departamento jurídico.



Conheça os convênios
disponíveis e veja
como se filiar.

Escaneie o código QR
ou acesse: sindrede.org.br/filie-se